

Comparações acerca da representatividade das mulheres na política eleitoral: deputadas federais do Brasil e Uruguai (2009-2014)

ANDRESSA MOURÃO DUARTE¹;
ROSANGELA MARIONE SCHULZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – dessaduararte@gmail.com¹

³Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada *Mulheres vitoriosas na política: Estudo comparativo entre as deputadas federais do Brasil e Uruguai (2009-2014)* a qual investiga mulheres que fazem sucesso na carreira política eleitoral. O objetivo é comparar as deputadas federais do Brasil (eleições 2010) e do Uruguai (eleições 2009), focando em suas trajetórias políticas e no perfil sócio-econômico. A pesquisa se insere na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Os dois países diferem nos seus arranjos político-partidários, bem como nas medidas de inclusão das mulheres no campo da representação. Por exemplo, no Brasil há lei de cotas desde a década de 1990, no Uruguai a lei será implementada nas eleições de 2014; o sistema eleitoral brasileiro prevê lista de candidaturas abertas, enquanto o uruguaio utiliza lista fechada. Entretanto, os dois países apresentam resultados similares: a sub-representação feminina. O objeto de investigação são as mulheres que conquistaram vaga nos respectivos Parlamentos nas últimas eleições proporcionais em seus países - Uruguai em 2009 e Brasil em 2010.

2. METODOLOGIA

O recorte metodológico recai sobre as 15 deputadas federais do Uruguai e as 45 parlamentares eleitas no Brasil. Para cumprir os objetivos da pesquisa foi construído um quadro comparativo do sistema político partidário e eleitoral de cada um dos países, além do mapeamento das deputadas federais, coletando informações junto à Justiça Eleitoral brasileira e uruguaia e nos Parlamentos dos dois países. Visando traçar o perfil sócio-econômico e a trajetória política das eleitas, foram elaborados quadros com os dados coletados em cada um dos países para a comparação, buscando assinalar similaridades e diferenças nas carreiras das mulheres vitoriosas em termos eleitorais para o cargo de deputada federal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Uruguai, que não possui lei de cotas, atinge 15,1% de mulheres na Câmara Federal (no pleito de 2009) e no Brasil, que adota a lei de cotas, a bancada feminina chega a 8,8% (nas eleições 2010).

Os dados apresentados são referentes ao perfil socioeconômico das candidatas, nos quadros contém informações comparativas sobre o número de que foram eleitas em cada partido, escolaridade, faixa etária das candidatas eleitas, estado civil e ocupações.

Quadro 1 – Distribuição das deputadas federais por partido			
Brasil		Uruguai	
Partido Político	Nº Mulheres eleitas	Partido Político	Nº Mulheres eleitas
PT	12	Frente Amplio	08
PMDB	06	Partido Nacional	03
PP/ PC do B / PSB	05	Partido Colorado	04
PSDB	03		
PTB/ PSC/ PDT/ PR/ PSC/ PSD	02		
PMN/ PV/PTdoB/DEM/PEN/ PPS	01		
Total	45	Total	15

Fontes: Cfemea, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro 2 - Distribuição das deputadas federais por escolaridade		
	Brasil	Uruguai
Ensino Fundamental Completo	2	-
Ensino médio completo	3	-
Ensino superior incompleto	6	-
Ensino superior completo	34	15
Total	45	15

Fontes: Cfemea, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro 3 – Distribuição das Parlamentares por Faixa Etária		
Faixa Etária	Brasil	Uruguai
25 a 34 anos	02	-
35 a 44 anos	07	3
45 a 59 anos	23	7
60 a 69 anos	11	2
70 a 79 anos	2	-
NI		3
Total	45	15

Fontes: Cfemea, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro 4 – Distribuição das Parlamentares por Mandatos anteriores de deputada federal

	Brasil	Uruguai
Com mandatos anteriores	36	14
Sem mandatos anteriores	9	01
Total	45	15

Fontes: Cfemea, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro 5 – Distribuição das Deputadas Federais por Profissão

Profissão	Brasil	Uruguai
Empresária	6	-
Profissional Liberal	3	6
Servidora Público	8	1
Profissional Saúde	4	-
Profissional Educação	8	4
Comunicadora/Atriz	1	1
Outros	10	-
NI	5	3
Total	45	15

Fontes: Cfemea, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que há similaridades e distinções entre as deputadas uruguaias e brasileiras. Mesmo sem lei de cotas em funcionamento, o Uruguai tem mais candidatas eleitas que o Brasil. No decorrer da pesquisa surgiram dificuldades de comparação devido à carência de dados eleitorais do Uruguai, diferentemente do Brasil, onde as informações estão disponibilizadas nos Tribunais Eleitorais e na Câmara de Deputados.

Portanto, foi possível até o momento comparar apenas alguns dados, como número de deputadas eleitas, os partidos a qual pertencem, os dados socioeconômicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, nº 1, 2001, p 231- 252.

- _____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, pp. 23-59. julho-dezembro/2009a.
- ARCHENTI, Nélda; TULA, Mária Inés. (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- CÂMARA DE DEPUTADOS DO BRASIL. Site <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 10 nov. 2012.
- CAMARA DE DIPUTADOS DO URUGUAI. Site <http://www.diputados.gub.uy/>. Acesso em 11 nov. 2012.
- JOHNSON, Niki. Las cuotas en Uruguay: una medida resistida. In: ARCHENTI, Nélda; TULA, Mária Inés (Eds.). *Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.
- MIGUEL, L. F. 2000. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *RBCS*, Vol. 15 nº. 44, pp. 91-102, outubro/2000.
- MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. 2010. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3), pp. 653-679. setembro-dezembro/2010.
- PEREZ, Verónica. “52% del electorado, 11% del parlamento”: factores culturales y representación política femenina en Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política* - 15/2006 - ICP – Montevideo.